

FR.2023.1456

Nº IBAMA: 02001.001577/2016-20 (CIF)

Belo Horizonte/MG, 19 de junho de 2023.

Ao COMITÊ INTERFEDERATIVO (CIF)

A/C: ILMO. SR. PRESIDENTE RODRIGO AGOSTINHO

C/C CÂMARA TÉCNICA DA SAÚDE (CT-SAÚDE)

A/C: ILMO. SR. COORDENADOR LUIZ FERNANDO PRADO DE MIRANDA

REF.: *Manifestação ao item 10.2 da Pauta da 69ª Reunião Ordinária do Comitê Interfederativo, referente à aprovação do Plano de Ação em Saúde (PAS) do município de São Mateus/ES, apresentado pela Nota Técnica CT-Saúde Nº81/2023 (pendente).*

FUNDAÇÃO RENOVA ("FUNDAÇÃO"), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-021, vem, respeitosa e tempestivamente, manifestar-se acerca do item 10.2 da Pauta da 69ª Reunião Ordinária deste I. Comitê, com fundamento na Cláusula 39, §§ 2º e 3º¹, do Termo de Ajustamento de Conduta – Governança ("TAC-Governança"), e no art. 10, §§ 5º e 6º, do Regimento Interno do Comitê Interfederativo ("CIF")², nos termos que se seguem.

I – PRELIMINARMENTE: MUNICÍPIO NÃO ABRANGIDO PELO TTAC. QUESTÃO JUDICIALIZADA

1. O referido item de pauta consiste no a aprovação do Plano de Ação em Saúde ("PAS") do município de São Mateus/ES, nos termos da Nota Técnica nº

¹ **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA** – As reuniões do CIF serão precedidas pela publicação de pauta, contendo discriminação de matérias e documentos que serão apreciados.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Publicada a pauta, os interessados terão prazo de 10 (dez) dias para manifestação sobre as matérias e os documentos que serão apreciados.

² Art. 10, §5º - Publicada a pauta, os interessados terão prazo de 10 (dez) dias para manifestação sobre as matérias e os documentos que serão apreciados

DS


DS


81/2023. Entretanto, a referida Nota Técnica não foi disponibilizada pela Câmara Técnica de Saúde ("CT-Saúde").

2. Inicialmente, importa rememorar que o Município de São Mateus não faz parte dos municípios atingidos pelo do rompimento da barragem de Fundão ("Rompimento"), não estando previsto como área de atuação da FUNDAÇÃO. O tema, inclusive, encontra-se judicializado perante a 4ª Vara Federal Cível e Agrária da Subseção Judiciária de Belo Horizonte³.

3. Em breve retrospecto, a Deliberação CIF nº 58/2017 ("Deliberação nº 58/2017") foi aprovada para que fossem incluídos os municípios ali elencados nas áreas de atuação da FUNDAÇÃO. Assim, a FUNDAÇÃO instaurou Incidente de Divergência para discutir a validade da Deliberação em referência – nos autos do qual foi proferida decisão determinando que FUNDAÇÃO e Empresas depositassem judicialmente o valor referente às ações compensatórias nos municípios constantes da Deliberação nº 58/2017, bem como esclarecesse como se daria a inclusão daqueles no processo reparatório.


4. Em março de 2023, foi proferida decisão nos autos do Agravo de Instrumento nº 1004077-26.2023.4.06.0000, **que determinou a suspensão da decisão acima referenciada**, porquanto reconhecido que **não há provas técnicas e robustas o suficiente para comprovar o nexo de causalidade entre os impactos alegados pelos municípios e o Rompimento**. Senão vejamos:

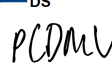
Com efeito, a questão relativa à inclusão de novos municípios possivelmente impactados pelo evento a esta altura, decorridos mais de 7 (sete) anos do acidente, **sem contundente e robusta prova técnica mostra-se precipitada**. (...) Deve ser registrado ainda que se encontram em andamento as tratativas de repactuação no âmbito do TRF6, o que, também sob este prisma, recomenda e **autoriza a suspensão da decisão no ponto em que insere novas áreas nos planos de recuperação da RENOVA** e no ponto em que obriga as empresas a efetivarem o depósito ora questionado. (...) Diante dessas considerações, defiro o pedido de antecipação da tutela recursal, determinando a suspensão da decisão agravada. (g. n.)

5. A acertada decisão acima transcrita foi, inclusive, acompanhada pelo Juízo de piso, que igualmente entendeu pela insuficiência de provas dos impactos alegados, devendo as partes comprovar os danos alegados e, por conseguinte, solucionar o litígio de maneira definitiva⁴.

³ Autos nº 1040611-58.2020.4.01.3800

⁴ Analisando a r. Decisão monocrática proferida, noto ter sido destacada a "carência de embasamento técnico e científico a tomar como certo algo ainda inconcluso ou duvidoso", razão pela qual entendo que a Segunda Instância apontou ser necessária maior produção de provas. Além disso, verifico da decisão

DS


DS


6. Diante do exposto, a FUNDAÇÃO evidencia a impossibilidade de imposição de multa pelo descumprimento do PAS de São Mateus, porquanto o Município não faz parte da área de atuação da FUNDAÇÃO, sob pena de extrapolar os limites previstos no TTAC.

II – DA NECESSIDADE DE RETIRADA DO ITEM 10.2 DA PAUTA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA.

7. Primeiramente, a FUNDAÇÃO gostaria de manifestar a sua discordância em relação ao fluxo de recebimento, avaliação e validação dos planos de ação em saúde, previsto na Nota Técnica nº 62/2022/CT-Saúde e aprovado por meio da Deliberação CIF nº 569/2022.

8. Inicialmente, cumpre observar que as Cláusulas 05 e 06 do TTAC estabelecem quais são as ações necessárias para o desenvolvimento, aprovação e implementação dos programas⁵.

9. Com efeito, em atenção ao que preveem as cláusulas em referência, os projetos, ações e medidas dos programas e projetos devem ser definidos **com base em estudos de avaliação dos impactos socioambientais e socioeconômicos decorrentes Rompimento**. Além disso, quando cabível, todas as atividades, ações e medidas estabelecidos pelos Programas **devem conter fundamentação científica bem como atender aos princípios de**

que nada impediria nova ordem de depósito, caso haja "justificada constatação de necessidade de reforço da garantia inicial ou da mudança na capacidade financeira das empresas", o que também permite rediscussão nessa seara por este Juízo de Primeira Instância. Ressalvado entendimento pessoal desse magistrado sobre a precaução e prevenção

⁵ **CLÁUSULA 05:** Para desenvolvimento, aprovação e implementação dos PROGRAMAS e PROJETOS deve ser observado, exceto se expressamente disposto de forma distinta neste Acordo:

II - A elaboração e a execução dos PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS deverão observar o padrão e normas das políticas públicas aplicáveis, além das demais disposições deste ACORDO

XIII - Os estudos a serem realizados pela FUNDAÇÃO, por meio dos EXPERTS a partir dos PROGRAMAS previstos no Acordo, orientarão a elaboração e a execução dos PROJETOS, cuja implementação terá o condão de reparar e/ou compensar os impactos, danos e perdas decorrentes do EVENTO.

CLÁUSULA 06: A elaboração e a execução, pela FUNDAÇÃO, dos PROJETOS e demais atividades, ações e medidas dos PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS e PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS deverão considerar, ainda, os seguintes princípios ("PRINCÍPIOS"), exceto se expressamente disposto de forma distinta neste Acordo:

I- A recuperação socioambiental e socioeconômica terá por objetivo remediar, mitigar e reparar, incluindo indenizar, os impactos socioambientais e socioeconômicos, conforme o caso, advindos do EVENTO com base na SITUAÇÃO ANTERIOR.

11- Os PROJETOS e demais atividades, ações e medidas dos PROGRAMAS SOCIOAMBIENTAIS e PROGRAMAS SOCIOECONÔMICOS serão definidos conforme estudo de avaliação dos impactos socioambientais e socioeconômicos, conforme o caso, decorrentes do EVENTO, observados os prazos do Acordo, a ser realizado por EXPERTS, de forma que todos os PROJETOS, atividades, ações e medidas estabelecidos pelos PROGRAMAS contenham fundamentação científica, quando cabível, e guardem relação de proporcionalidade e eficiência, bem como voltadas à remediação elou compensação de impactos ambientais e socioeconômicos materializados em decorrência do EVENTO.

DS


DS


proporcionalidade e eficiência – inclusive a referida ausência de fundamentação científica foi reconhecida pelo Juízo nos autos do Incidente de Divergência, conforme preliminarmente evidenciado⁶.

10. Especificamente, no tocante ao Programa de Apoio à Saúde Física e Mental da População Impactada (“**PG-14**”), este é descrito como um dos programas socioeconômicos que devem ser executados pela Fundação, mais especificamente na Seção IV – Saúde, Subseção IV.1, Cláusulas 106 a 112 do TTAC.

11. Quanto ao teor das referidas Cláusulas, **o PG-14 possui cunho reparatório e tem por objetivo reparar os** impactos à saúde da população que sejam **comprovadamente** decorrentes do Rompimento, tendo como referência o retorno à situação anterior ao evento.

12. Especificamente em relação às Cláusulas 111 e 112 do TTAC, caberá à FUNDAÇÃO desenvolver estudos epidemiológicos e toxicológicos para identificar o perfil de saúde da população de forma a avaliar riscos e correlações com o Rompimento.

13. De acordo com a Deliberação nº 106, que aprova as bases mínimas para os estudos, o estudo de Avaliação de Risco à Saúde Humana (“**ARSH**”) será o primeiro a ser realizado e servirá de base para os demais estudos, os quais englobarão: estudo de saúde mental, estudo de saúde do trabalhador, estudo toxicológico, estudo epidemiológico descritivo analítico e estudo de seguimento populacional.

14. Portanto, os PAS dos Municípios **devem ser elaborados em parceria com a FUNDAÇÃO e, a partir da análise dos impactos suportados, devem ser aderentes às políticas públicas de saúde vigentes e pautados nos princípios de proporcionalidade e eficiência.**

15. Inclusive nos autos nº 1000260-43.2020.4.01.3800, que tramitam perante a 4ª Vara Federal Cível e Agrária de Belo Horizonte, restou reconhecida a **imprescindibilidade da comprovação do nexo de causalidade** entre o Rompimento e os danos alegadamente suportados pelos Municípios⁷.

⁶ Com efeito, a questão relativa à inclusão de novos municípios possivelmente impactados pelo evento a esta altura, decorridos mais de 7 (sete) anos do acidente, sem contundente e robusta prova técnica mostra-se precipitada

⁷ Há, obviamente, um limite na responsabilização, ainda que em caso de um desastre de tal monta. **Por isso, este Juízo reforça a necessidade de se estabelecer o nexo causal entre desastre e efeitos,** sem prejuízo de o ônus caber ao poluidor. Há efeitos decorrentes do rompimento da barragem, cabendo às mineradoras a reparação e a compensação, e pode haver outros fatores, independentes do rompimento,

DS


DS


16. Atualmente, em razão da ausência de convergência entre FUNDAÇÃO e CIF a respeito da metodologia de elaboração dos estudos, a matéria se encontra sob o crivo da 4ª Vara Federal de Belo Horizonte/MG, no âmbito do incidente nº 1024354-89.2019.4.13.3800 (Eixo Prioritário nº 2), de modo **que o Comitê, sequer, poderia estar determinando o cumprimento de PAS Municipais.**

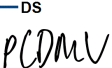
17. Inclusive, nos autos do Incidente de Divergência nº 1069233-16.2021.4.01.3800, a FUNDAÇÃO apresentou manifestação reforçando a impossibilidade jurídica de imposição de quaisquer multas em virtude da não implementação dos PAS ante a conexão e prejudicialidade destes com os estudos em andamento nos autos do Eixo 2 (Doc. 01).

18. Estando ausente a base para elaboração dos demais estudos e, via de consequência, dos PAS Municipais, demonstra-se inviável sua elaboração e execução, sob pena de desvirtuamento dos reais objetivos das ações: compensar e reparar as consequências do Rompimento à saúde da população atingida.

19. Portanto, os PAS dos Municípios **devem ser elaborados a partir da análise dos impactos suportados e devem ser aderentes às políticas públicas de saúde vigentes e pautados pelos princípios de proporcionalidade e eficiência** – o que não foi respeitado pelo PAS elaborado pelo Município de São Mateus.

cabendo ao Poder Público zelar, por exemplo, pela saúde da população quanto a eventuais elementos danosos. (...) As empresas não podem, como parte que são, conduzir o processo de reparação, notadamente no tocante ao diagnóstico dos riscos e as implicações do evento em termos de saúde pública e ao Meio Ambiente. Havendo divergência, o Judiciário não se furtará de apreciar a questão técnica, mediante perícia, desde que ela seja instaurada, desde já, com fixação adequada do ônus da prova, como acima se fez, com base no princípio da precaução. (...) A primeira ressalva judicial está relacionada com a imprescindível integração da análise de nexo de causalidade na condução dos estudos de Avaliação de Risco à saúde humana (metodologia ambiental), Risco Ecológico (metodologia ambiental), estudo toxicológico, estudo epidemiológico, não havendo se falar em presunção de nexo causal, mas sim em inversão do ônus da prova. As situações são distintas. O Nexo causal deve ser objeto desses estudos, pois faz parte da metodologia e integra a própria aferição do liame existente entre o rompimento e os agravos à saúde. A inversão do ônus da prova, objeto da presente decisão, está relacionada com a leitura da prova produzida, mas não legitima se imiscuir no objeto da prova e impedir que a parte contrária efetivamente demonstre a inexistência de nexo causal. A inversão do ônus está relacionada, principalmente, com o cenário de dúvida sobre o resultado da prova produzida. **Lado outro, não é correto imputar responsabilidade às empresas e à Fundação Renova em relação a agravos sobre os quais não parem dúvidas sejam totalmente dissociados do rompimento ocorrido em 5 de novembro de 2015 e seus desdobramentos.** Entender de outro modo vulneraria, inclusive, o princípio da ampla defesa e do contraditório, pois os estudos que decorrem da presente decisão judicial são, em certo aspecto, definitivos, haja vista que ao Poder Judiciário é dado dirimir conflitos de interesse na sociedade com definitividade e, não obstante as decisões estejam sujeitas a recurso, o trânsito em julgado é um manto que representa a autoridade do Estado e superará quaisquer alegações técnicas. Daí a necessidade de permitir e assegurar a realização da produção da prova, pois a legitimidade do trânsito em julgado reclama que o aspecto cogente que é inerente à sua natureza esteja justificado pelo debate e contraditório antes que seu efeito pacificador e impositivo seja plenamente estabelecido. **Havendo alegação de que o caminho técnico estabelecido de acordo com orientação do CIF é tecnicamente incorreto, figura necessário oportunizar que a prova a ser produzida tenha aptidão, em abstrato, de aferir se a linha de raciocínio das empresas e da Fundação Renova se sustenta.** (g. n.)

DS


DS


20. Reafirma-se, portanto, que até a conclusão dos estudos epidemiológicos e toxicológicos, não é possível estabelecer de maneira tecnicamente embasada quais as medidas reparatórias que devem ser adotadas pela FUNDAÇÃO.

21. Diante disso, é evidente que eventual pretensão do CIF de imposição à FUNDAÇÃO, **sem que existam estudos** epidemiológicos e toxicológicos que comprovem eventual correlação entre o Rompimento e os danos alegados, seria obrigá-la a tomar medidas que fogem de sua competência e sem cumprimento da premissa fundamental estabelecida no TTAC para esse fim

22. Com a devida vênia em relação ao entendimento exarado por esse Comitê, há de se reconhecer que, nos termos da Cláusula 242 do TTAC, o papel atribuído ao CIF foi o de acompanhar, monitorar e fiscalizar os cumprimentos dos programas pactuados no TTAC, e não o de impor à FUNDAÇÃO o cumprimento de determinação que se encontra em dissonância expressa com os termos do instrumento.

III - CONCLUSÃO

23. Pelo exposto, a FUNDAÇÃO requer seja suspensa a implementação do PAS do Município de São Mateus, porquanto o tema encontra-se judicializado, não sendo o Município abrangido pela área de atuação da FUNDAÇÃO, com a consequente **retirada** do item 10.2 da pauta ou, ao menos, a não aplicação da multa prevista, uma vez que os estudos epidemiológicos e toxicológicos para avaliação de riscos e correlações com o Rompimento não foram finalizados.

24. Sendo o que se cumpria para o momento, a FUNDAÇÃO permanece à disposição para os esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

FUNDAÇÃO RENOVA

DocuSigned by:

51580782CB104FB...
PAULA CAMBRAIA DE MENDONÇA VIANNA

PROGRAMA DE SAÚDE

DocuSigned by:

5764A93A30734BE...
MARIA LETHICIA CAMPOS MATA

GERÊNCIA JURÍDICA